

## A (IN) EFETIVIDADE DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE USUÁRIOS DE DROGAS.

**LIZARB SOARES MENA<sup>1</sup>; POLIANA FARIAS ALVES<sup>2</sup>; KARINE LANGMANTEL SILVEIRA<sup>3</sup>; MICHELE MANDAGARA DE OLIVEIRA<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – lizarbmena\_ @hotmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – polibrina @hotmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas - kaa\_langmantel@hotmail.com*

<sup>4</sup>*Universidade Federal de Pelotas – mandagara @hotmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Considera-se como internação compulsória uma ação com respaldo judicial prevista em lei 10.216/01, na qual o usuário de substância psicoativa é internado contra sua vontade, sem a necessidade do consentimento da família, quando se define que o mesmo ofereça risco para si próprio ou a sociedade, levando em consideração que todos os outros recursos já tenham sido empregados esgotando-se assim qualquer outra conduta de tratamento. Este tipo de internação é uma política governamental considerada por pesquisadores pouco resolutiva, que fere os preceitos da liberdade, contrariando os princípios da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial (MACIEL, 2013; OLIVEIRA, 2013).

O intuito em abordar este assunto é provocar uma discussão sobre a realidade da internação compulsória, aprimorar políticas públicas, que respeitem os direitos constitucionais, medidas preventivas, resolutivas e de tratamento.

Este trabalho teve como objetivo analisar a efetividade do processo de internação de usuários de drogas, com ênfase no modo compulsório, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

### 2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de corte transversal, exploratório que buscou analisar a efetividade do processo de internação compulsória por meio da caracterização do histórico de internação destes usuários..

O mesmo é parte integrante da pesquisa “*Perfil dos Usuários de Crack e Padrões de Uso*” o qual foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) edital MCT/CNPq nº 041/2010.

Foi obtida uma amostra estratificada dos serviços da estratégia Redução de Danos e CAPS AD, que teve por objetivo estimar a proporção de usuários de drogas no município, para o cálculo, utilizaram-se as informações fornecidas pelo sistema de informação dos serviços. A prevalência de usuários de drogas foi desconhecida ( $p = 0,50$ ), admitiu-se um erro amostral de 4% ( $d=0,04$ ), sob o nível de confiança de 95% ( $\alpha = 0,05$ ), o número de elementos em cada estrato foi proporcional ao total de usuários cadastrados nos Programas Redução de Danos ( $N=5.700$ ) e CAPS Ad ( $N=200$ ). O n encontrado foi alocado proporcionalmente aos respectivos estratos ( $n=545$ ), acrescentou-se 10% para substituição de perdas eventuais. A amostra final foi constituída por 681 usuários sendo 505 entrevistas válidas e 176 recusas. Do total de entrevistas válidas, 436 sujeitos pertenciam à estratégia RD e 69 ao CAPS AD. A sistemática de seleção adotada foi o sorteio direto nas bases de dados do CAPS Ad e da Estratégia Redução de Danos.

Os questionários aplicados foram codificados pelo entrevistador e revisados pelos coordenadores. Os dados foram digitados através do gerenciador de banco de dados Microsoft Access v.2003.

A análise dos dados foi realizada utilizando o software STATA v.12 e a pesquisa obedeceu aos princípios éticos da Resolução COFEN nº 311/2007 e resoluções 196/96 e a 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas de Pelotas recebendo o parecer nº 301/2011.

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 apresenta o histórico de internação dos usuários de drogas entrevistados.

**Tabela 1** – Caracterização do histórico de internação dos usuários de drogas, Pelotas.

	<b>Internações</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
<b>Hospital Psiquiátrico*</b>			
Não	138	56,1	
Sim	108	43,9	
<b>Nº de internações Hospital Psiquiátrico**</b>			
1 vez	41	38,0	
2 vezes	21	19,4	
3 vezes	12	11,1	
4 a 10 vezes	20	18,5	
11 ou mais vezes	11	10,2	
Não sabe	3	2,8	
<b>Comunidade Terapêutica*</b>			
Não	215	87,4	
Sim	31	12,6	
<b>Nº de internação Comunidade Terapêutica***</b>			
1 vez	18	58,1	
2 vezes	7	22,6	
3 ou mais vezes	6	19,3	
<b>Contra a vontade para a desintoxicação*</b>			
Não	201	81,7	
Sim	45	18,3	

\*n=246

\*\*n=108

\*\*\*n=31

**Fonte:** Pesquisa “Perfil dos usuários de crack e padrões de uso – Pelotas 2014”

A partir dos dados, pode-se perceber que, apesar de todo um movimento da Reforma Psiquiátrica no sentido da diminuição das internações nos hospitais especializados, ainda no município e região este tipo de internação se faz bastante presente, pois os dados apresentados neste estudo mostram que dos 505 usuários de droga, 246 (48,7%) afirmaram já ter passado por algum tipo de internação. Destes 246, 108 (43,9%) afirmaram que sua internação foi realizada em um hospital psiquiátrico. Mesmo entre os trabalhadores que atuam especificamente com os usuários de drogas e também militantes da Reforma Psiquiátrica, ainda são muitos os profissionais que acreditam que a única forma

de cuidar dessa população seria através da internação fechada e de longa permanência (ASSIS, 2013). Na realidade ainda faltam estudos conclusivos acerca desta temática, as opiniões são divergentes e confusas. Alguns trabalhos tratam erroneamente a internação involuntária (autorizada pela família) e compulsória como sendo a mesma coisa, e os argumentos que apoiam esta conduta baseiam-se como medida para solucionar um problema de ordem pública e de acesso a serviços de saúde, e não como resolutividade e eficácia para a situação (ALMEIDA, 2014).

Em se tratando dos usuários que se internaram em um hospital psiquiátrico, evidenciou-se um percentual de 43,6% de usuários que se internaram 3 vezes ou mais neste serviço. Este tipo de internação sugere, segundo a referida pesquisa, uma contrariedade dos fatos, pois a internação do usuário neste tipo de serviço mostrou-se pouco efetiva devido aos altos índices de reinternação.

Em relação aos usuários que tiveram sua internação em comunidades terapêutica 31 (12,6%), 6 (19,3%) foram internados mais que três vezes nestes serviços. Este resultado também evidencia um tipo de internação pouco resolutiva para este percentual de usuários que acabaram por reinternar.

A partir desta situação, pode-se inferir que para a assistência dos usuários de drogas, o isolamento parece ser a medida mais fácil, ao invés da busca para solucionar a real problemática que contribuiu para esta situação que envolve diversas complexidades, a exemplo de questões orçamentárias, governamentais, de infraestrutura, saúde, educação dentre outras que envolvem esta problemática (MACIEL, 2013).

Em relação ao tipo de internação caracterizada como compulsória, a mesma deve ser utilizada apenas quando todas as outras medidas e tentativas de tratamento forem esgotadas, como prevê a lei. Em relação a este tipo de internação, dos 246 usuários, 45 (18,3%) afirmaram ter sido internado por esta forma. Vale ressaltar que alguns autores destacam que se a busca por este serviço não partir do interesse do usuário, dificilmente a resposta será positiva e o insucesso, ou seja a reinternação, acaba sendo o resultado mais provável (ALMEIDA, 2014).

Por fim, ao se tratar com vidas humanas deve-se reconhecer o indivíduo como um todo, seus aspectos estruturais e emocionais, pois, na maioria dos casos os usuários em situações de maior vulnerabilidade e abandono são os que mais internam de maneira compulsória (COELHO, OLIVEIRA, 2014).

#### 4. CONCLUSÕES

Este trabalho teve o intuito de instigar a reflexão acerca de aspectos sociais importantes como o uso de droga na nossa sociedade. Também de proporcionar informações que permitam o questionamento sobre qual rumo evidencia-se como mais apropriado, efetivo e eficaz no que diz respeito aos diferentes modos de assistência aos usuários de drogas. Refletir sobre a lógica de cuidado baseado na exclusão do convívio social, sem uma real abordagem e ação em cima da complexidade de vida dos usuários de drogas. A partir deste, pode-se pensar sobre a construção de políticas públicas efetivas não só na saúde, mas também uma melhor oferta de atendimento destes usuários, com boa educação de base, com investimentos públicos em serviços mais resolutivos.

## 5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. P. S. Argumentos de Humanizaçāo na Internaçāo Compulsória em Dependência Química: a Favor e Contra. In: **ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DE HUMANIDADES & HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE**. Blucher Medical Proceedings, v.1, n.2. São Paulo: Editora Blucher, 2014. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e Hospital das Clínicas-FMSUP. ISSN 2357-7282 DOI 10.5151/medpro-cihhs-10825.

ASSIS, J.T; BARREIROS, G.B; CONCEIÇÃO, M.I.G. Ainternação para usuários de drogas: diálogos com a reforma psiquiátrica. **Revista Latino Americana Psicopat**. São Paulo. V.16, n.4, p.584-596, 2013.

COELHO,I.; OLIVEIRA, M.H.B. Internação compulsória e crack: um desserviço à saúde pública. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v.38, n.101, p.359-367, 2014.

MACIEL, A. L. **Aspectos gerais sobre Internação Compulsória em Saúde Mental nos últimos 10 anos: Revisão Bibliográfica**. 2013. 34f. Monografia apresentada ao Setor de Pósgraduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, para obtenção do título de Especialista em Saúde Mental. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu-Especialização em Saúde Mental, Universidade do Extremo Sul Catarinense.

OLIVEIRA, D.L. **Internação Compulsória x Política de Redução de Danos: Atenção ao usuário de crack**. 2013. 55f. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Bacharelado em Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais do Centro Universitário de Brasília- UniCEUB. Centro Universitário de Brasília Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais- FAJS.